



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Agrária

A DIALÉTICA DA AGROECOLOGIA NA DINÂMICA DA CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA

IHÉDILLA HUMBERTA SINÉSIO CÂNDIDO DA SILVA¹

CRISTIANE NATALÍCIO DE SOUZA²

RESUMO

O trabalho analisou a dialética da agroecologia através da certificação participativa em uma rede agroecológica da Paraíba. Verificou-se que, ao modo em que essa certificação gera conhecimento, autonomia, mercado, renda e visibilidade aos/às agricultores/as familiares, também precariza as condições de trabalho quando submetidas ao padrão de reprodução mundial do capital.

Palavras-chaves: agroecologia, capitalismo dependente, certificação participativa, serviço social

ASBTRACT

The work analyzed the dialectics of agroecology through participatory certification in an agroecological network in Paraíba. It was found that, as this certification generates knowledge, autonomy, market, income and visibility for family farmers, it also makes working conditions precarious when subjected to the standard of global reproduction of capital.

Keywords: agroecology, dependent capitalism, participatory certification, social service

Introdução

O capitalismo dependente se refere a uma condição econômica na qual o desenvolvimento de um país é condicionado por sua posição subordinada na economia global (Filgueiras, 2018; Silva e Luz, 2023). Essa estrutura na América Latina marginaliza a classe trabalhadora dos processos políticos e democráticos e o Estado monopolista desloca os espaços decisivos para

¹ Universidade Federal de Viçosa

² Universidade Federal de Viçosa

áreas onde a classe trabalhadora tem pouca representação, perpetuando a desigualdade (Souza, 2016).

Para Marini (2011), a única saída para a dependência e a superexploração do trabalhador é a supressão das relações capitalistas de produção, um sistema onde os países controlam a produção industrial e tecnológica, enquanto os países dependentes dependem da produção de bens primários para exportação. O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, incompatível com as necessidades humanas em função da precarização das condições básicas de subsistência, como propõe (Mafort, 2021), precariza ainda mais as condições de vida e trabalho no capitalismo dependente.

Vale ressaltar que a exploração de grandes extensões de terras na América Latina é fundamental para controlar tecnologias às custas da de produtos agrícolas e minerais para manter sua posição industrial, aos custos da proletarianização, precarização do trabalhador rural e urbano, principalmente, nos países periféricos (Filgueiras, 2018; Mafort, 2021; Silva e Luz; 2023).

A agricultura desempenha um papel crucial no capitalismo global, com a exploração de riquezas naturais nos países periféricos determinando as condições da indústria nos países centrais e intensificando a precarização do trabalho nos países periféricos (Oliveira, 1972; Silva e Luz, 2023). No Brasil, a exploração dos recursos naturais começou com a chegada dos europeus, marcada pelo genocídio e escravização de povos indígenas e africanos, e pela formação de latifúndios através da distribuição de terras por capitânicas hereditárias e sesmarias, sob a influência da coroa portuguesa e da Igreja (Altieri, 2012; Stédile, 2012).

A Lei de Terras, de 1850, foi decisiva nesse processo. Já que favorece a acumulação de terras em grandes latifúndios e impossibilitou negros e pobres de adquirir propriedades. A luta pela redistribuição de terras ganhou força a partir da década de 1950, com movimentos como Canudos e Contestado, apoiados pela burguesia que reconhecia a reforma agrária como necessidade para superar o subdesenvolvimento brasileiro. Esse processo induziu a criação de pequenas propriedades agrícolas, responsáveis pela maior parte da produção de alimentos com menor manipulação ambiental, especialmente com a expansão da agroecologia, que promove a participação coletiva e a autonomia em relação ao modelo capitalista (Altieri, 2012; Stédile, 2012).

Apesar das conquistas no campo, a expansão do agronegócio fragilizou, ainda mais, a população rural, obrigando muitos a migrar para áreas urbanas, em busca de trabalho (Dieese, 2017). Para resistir ao avanço do capital, muitos pequenos proprietários rurais buscam

alternativas na agroecologia, enfrentando os mercados hostis do capitalismo por meio da produção independente (Van Der Ploeg, 2008).

Resende et al. (2023) explica que a certificação orgânica pode ser realizada de duas maneiras: i) certificação por auditoria, que é mais burocrática e custosa, sendo realizada por entidades que atuam como auditoras e ii) certificação participativa, onde a própria comunidade de produtores realiza o processo de avaliação de conformidade, oferecendo uma alternativa mais acessível.

No entanto, Resende et al. (2023) apontam que, apesar dos benefícios dos SPG, ainda existem desafios relacionados ao excesso de exigências documentais que podem limitar a eficácia e a participação dos pequenos produtores nesse sistema. Após a análise do impacto das normativas e regulamentações vigentes sobre a produção orgânica, os autores sugerem que uma melhor adaptação das regras aos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) poderia fortalecer o movimento de agricultura orgânica no Brasil, promovendo maior sustentabilidade e justiça social. Consideram que, para alcançar maior inclusão e eficiência na certificação orgânica, é essencial considerar as especificidades regionais e sociais dos produtores, adaptando a regulamentação para que ela possa apoiar tanto os grandes quanto os pequenos agricultores de forma equitativa.

A agroecologia oferece alternativas ao modelo convencional, de produção, buscando pela independência de insumos químicos, proteção local e coesão social (Guhur, 2015; Home et al., 2018; Altieri e Nicholls, 2021; Silva, 2022). Entretanto, a agroecologia enfrenta desafios dentro da dinâmica capitalista. Este trabalho problematiza as condições dos trabalhadores rurais na Rede Borborema, organizada para exportação. Para essa problematização, esta pesquisa parte da seguinte questão: As estratégias institucionais de certificação orgânica na Paraíba, tem melhorado condições do trabalho realizado em uma rede de produção agroecológica, organizada para a exportação.

Assim, esta pesquisa teve como objetivo analisar a dialética da agroecologia diante o padrão de reprodução do capital e a partir disso, refletir sobre políticas públicas mais inclusivas para a agricultura familiar. Este trabalho apresenta resultados de uma tese de doutorado em andamento, onde foi realizado um expressivo levantamento bibliográfico sobre questão agrária, agronegócio, agroecologia, padrão mundial de reprodução do capital e a consolidação do Sistema Participativo de Garantia - SPG Rede Borborema de Agroecologia - RBA, que se trata de uma rede agroecológica pioneira na certificação participativa de produtos orgânicos no Estado da Paraíba.

Questão agrária no Brasil e agronegócio *versus* agroecologia

Stédile (2012) destaca que a colonização portuguesa do Brasil, iniciada em 1500, moldou profundamente a estrutura agrária e econômica do país. Sob a influência do capitalismo europeu nascente, os portugueses invadiram o território, impondo sua supremacia econômica e militar, subjugando os indígenas ao seu modo de produção e cultura. A exploração das terras foi regida pelo capitalismo mercantil, transformando os recursos naturais em mercadorias para lucro e acumulação de capital. Inicialmente, a busca era por ouro e metais preciosos, mas logo os colonizadores descobriram o potencial das terras brasileiras para cultivos tropicais, como cana-de-açúcar, algodão e café (Stédile, 2012). A exportação de produtos agrícolas e minerais para a Europa fortaleceu a economia agroexportadora do Brasil, com mais de 80% da produção sendo exportada, conforme dados do Banco do Brasil do século XIX. Essa dinâmica moldou a economia brasileira para atender às demandas europeias e perpetuou relações de dependência e exploração (Stédile, 2012).

Os colonizadores adotaram o modelo “plantation”, com grandes fazendas de monocultura e mão de obra escrava, localizadas próximas aos portos para reduzir custos de transporte. Embora utilizasse técnicas modernas, o modelo dependia da exploração escrava e deixou um impacto duradouro na estrutura agrária e social do Brasil colonial (Stédile, 2012). Durante o período colonial, a Coroa Portuguesa detinha a propriedade da terra, concedendo grandes áreas a capitalistas-colonizadores sob um sistema de “concessão de uso”, que não permitia a venda ou aquisição de terras vizinhas, assegurando a exploração econômica em benefício da Coroa (Stédile, 2012).

A Lei nº 601 de 1850 marcou a introdução da propriedade privada no Brasil, permitindo que cidadãos comprassem terras da Coroa, mas excluindo ex-escravizados e imigrantes pobres que, destituídos de capital, foi ocupar as áreas urbanas mais desvalorizadas, o que levou à formação de favelas. A colonização portuguesa impôs um modelo mercantil e exploratório, transformando o Brasil em fornecedor de produtos agrícolas e minerais para a Europa. A partir de 1930, tivemos no Brasil, uma modernização conservadora com a burguesia industrial substituindo a oligarquia rural no poder, mas com a manutenção do poder econômico da elite agrária, inclusive, determinantes da indústria que se voltou para atender demandas da própria produção rural exportadora. A indústria brasileira contou com capitais estrangeiros e tecnologias externas obsoletas, reforçando a hierarquia econômica global que privilegia os países de capitalismo desenvolvido, subordinando

os países periféricos, com precarização das condições dos trabalhadores rurais e urbanos (Stédile, 2012).

Marini (2011) destaca que a subordinação da América Latina ao mercado global resulta em troca desigual, transferência de valores dos países periféricos aos países centrais, superexploração da força de trabalho para compensar as perdas no mercado externo, redução do consumo e superprodução. A condição de dependência do capitalismo na América Latina contribui para a acumulação de capital nos países centrais, que acionam a superexploração da força de trabalho.

O termo “agronegócio”, traduzido do inglês “agribusiness” criado por Davis e Goldberg na década de 1950, refere-se à integração do setor agropecuário com os setores industrial, comercial e de serviços (Leite e Medeiros, 2017). No Brasil, o conceito evoluiu de “agroindústria” para “agronegócio” nos anos 2000, abrangendo a produção e distribuição de produtos agropecuários (Leite e Medeiros, 2017).

Christoffoli (2017) critica o agronegócio que, em contexto de globalização neoliberal, subordina a exploração da natureza e do trabalho aos interesses do capital financeiro global. O agronegócio se destacou a partir das décadas de 1970 e 1980 como uma cadeia complexa envolvendo produção, processamento e comercialização de produtos (Ferreira et al., 2019).

Historicamente, a produção para a exportação de produtos agroecológicos começou com a colonização portuguesa e evoluiu com a cafeicultura no século XIX. No século XX, a Revolução Verde modernizou a agricultura, e desde os anos 1990, o agronegócio tornou-se uma parte fundamental da economia, englobando toda a cadeia produtiva (Monteiro, 2017; Ferreira et al., 2019).

O agronegócio no Brasil é impulsionado por tecnologia, infraestrutura logística e diversidade de culturas, o que o torna globalmente competitivo (Ramos et al., 2017). No entanto, às custas do desenvolvimento do agronegócio, temos a poluição por agrotóxicos, os impactos na saúde e os impactos ambientais (Heredia et al., 2010; Monteiro, 2017). Esse modelo capitalista promove a dependência de insumos externos, como sementes geneticamente modificadas, fertilizantes químicos, e pesticidas, que são comercializados por grandes corporações.

Altieri e Nicholls (2021) destacam que a modernização agrícola e a dependência de monoculturas aumentam a vulnerabilidade do sistema alimentar e as doenças e reduzem a biodiversidade. A própria pandemia de COVID-19 evidenciou fragilidades do sistema globalizado

de alimentos, o que incentivou a prática da agroecologia como uma alternativa sustentável (Altieri e Nicholls, 2021).

Paim e Assunção (2023) apontam que o Brasil enfrenta desafios internacionais relacionados à sustentabilidade, necessitando de práticas agrícolas responsáveis para manter a competitividade. A crise climática e a escassez de recursos também representam desafios significativos para o futuro do agronegócio (Altieri e Nicholls, 2021).

A exportação e a dependência de commodities são pontos de preocupação. Embora o agronegócio seja uma força motriz das exportações brasileiras, Dieese (2017) alerta para a vulnerabilidade econômica resultante da dependência excessiva de commodities, cujos preços são altamente voláteis no mercado internacional. A crítica a concentração de benefícios fiscais em grandes empresas do agronegócio, muitas vezes em detrimento da agricultura familiar, o que reforça as desigualdades no setor.

Segundo Mafort (2021), com a expansão do agronegócio, trabalhadores rurais se tornam mais vulneráveis às pressões do capital, que avança sobre direitos conquistados e reduz as chances de conquistas territoriais para as massas marginalizadas. O setor é criticado por promover a concentração de terra e poder, o que contribui para o aumento da desigualdade no campo. As condições de trabalho no agronegócio são frequentemente precarizadas, com altos índices de informalidade e situações de trabalho degradantes. Além disso, o impacto ambiental é severo, especialmente em relação ao desmatamento, ao uso intensivo de agrotóxicos e à degradação de recursos naturais (Dieese, 2017).

Para resistir a essa pressão, pequenos proprietários rurais estão adotando a agroecologia, uma prática que permite a produção independente e autogerida, com base na reciprocidade (Van Der Ploeg, 2008).

A agroecologia se apresenta como uma alternativa ao modelo agrícola convencional, frequentemente vistas como socialmente irresponsáveis (Guhur, 2015). Ela visa ser independente de insumos químicos, manejar resíduos das culturas, bem como promover a coesão social e a economia solidária (Home et al., 2018; Altieri e Nicholls, 2021). A agroecologia enfatiza a soberania alimentar e a autossuficiência, o que diminui a dependência dos produtores em relação a essas corporações. Isso cria uma tensão com a estrutura capitalista, que é impulsionada pela venda contínua de insumos e pela geração de lucro a partir dessa dependência. Promove a produção de conhecimento adaptado aos recursos locais e rompe com práticas agrícolas insustentáveis (Silva; Araujo, 2019).

Estudo de caso: a dinâmica de um Sistema de Participativo de Garantia

A certificação participativa, uma ferramenta importante para a agroecologia, surgiu como alternativa à certificação por auditoria. No Brasil, ganhou destaque com o apoio de movimentos sociais e organizações não-governamentais, facilitando a inclusão de produtos orgânicos no mercado e seu reconhecimento internacional (Costa e Padilha, 2019; Meirelles, 2020).

O processo de regulamentação do alimento orgânico começou em 1994 e culminou com a Lei nº 10.831 de 2003, que estabeleceu diretrizes para a agricultura orgânica. A regulamentação avançou com a Instrução Normativa nº 7 de 1999 e a Lei nº 10.831 de 2003, que reconheceu tanto a certificação por auditoria quanto os Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) (BRASIL, 1999; 2003; 2007).

recapitular por auditoria

Os SPGs, geridos por Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade Orgânica (OPACs), avaliam o controle social e a responsabilidade solidária da agroecologia, e foram formalmente reconhecidos pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg) em 2009, com a introdução de um selo para garantir a conformidade com regulamentos técnicos (MAPA, 2009).

Figura 1 - Selo Orgânico da Certificação Participativa



Fonte: MAPA (2009).

Até outubro de 2022, o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA registrava 28 OPACs certificando 7.877 unidades produtivas no Brasil. A expansão dos SPGs é significativa no Nordeste, com destaque para estados como Paraíba e Pernambuco. Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o Rio Grande do Sul lidera o grupo das OPACs (Mapa, 2022).

Estudos apontam que, embora os SPGs promovam a descentralização, podem adotar abordagens burocráticas que tornam custoso o processo de certificação (Schmidt, 2017;

Sablayrolles e Assis, 2020). A inserção no SPG pode exigir adaptações complexas e suporte técnico, levando alguns agricultores a optarem pelas OCS que xxxxx (Camargo et al., 2015).

Apesar de sua alternativa ao modelo agrícola capitalista, a agroecologia pode reproduzir elementos do sistema capitalista, como o incentivo às desigualdades sociais. No entanto, a agroecologia também oferece uma crítica ao modelo convencional, promovendo práticas sustentáveis e justas, e pode servir como um espaço de resistência e transformação dentro do capitalismo.

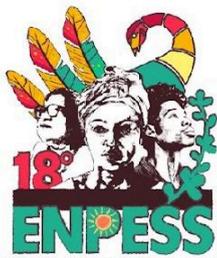
A agroecologia vai além da disputa por um nicho de mercado, propondo a construção de relações sociais e de reciprocidade que visam a autonomia dos agricultores. As redes de agroecologia desempenham um papel crucial ao controlar a produção e organizar demandas que influenciam a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento do sistema produtivo (Schmidt, 2017). Nos últimos anos, a comercialização direta de produtos sem insumos químicos na Paraíba tem se expandido (Lima, 2017).

De acordo com a literatura, a maioria dos assessorados dos Sistemas Participativos de Garantia na Paraíba são assentados da reforma agrária, que resistem aos alicerces da modernização (Oliveira, 2012). As feiras agroecológicas na região são resultado dessas resistências e lutas sociais contra modos de produção que valorizam apenas a maximização de lucros (Oliveira, 2012).

Marques (2019) revela que 95% dos agricultores familiares da Paraíba certificam seus produtos por mecanismos participativos, com 89% inseridos em Organizações de Controle Social (OCS) e 6% em Sistemas Participativos de Garantia (SPG). Apenas 5% utilizam o sistema de certificação por auditoria, que oferece menos autonomia, pois os produtos são representados por empresas compradoras.

A Rede Borborema de Agroecologia (RBA), fundada em 2013 e credenciada como o primeiro SPG da Paraíba, em 2016 (Rede Borborema de Agroecologia, 2016), desempenha um papel crucial na promoção da agroecologia na região. Composta por 61 unidades produtivas certificadas nos municípios de Algodão de Jandaíra, Areia, Barra de Santa Rosa, Casserengue, Gurinhém e Remígio, na mesorregião do Agreste Paraibano, a rede reflete o crescimento da agroecologia na Paraíba e o movimento em direção à sustentabilidade agrícola e autonomia dos agricultores familiares (IBGE, 2021).

A RBA surgiu da necessidade dos agricultores familiares de se adaptarem aos mercados, valorizar seu trabalho e produtos, e buscar sustentabilidade e resiliência por meio da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

agroecologia. Inicialmente voltada para a produção de algodão, a RBA teve suas origens na Fazenda Queimadas, que foi transformada em Assentamentos Queimadas e Oziel Pereira após pressão do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1999, incluindo 150 famílias (Moreira, 2012). Na época, os trabalhadores dependentes dos senhores de engenho enfrentavam desafios como dificuldade de acessar a terra, cultivando agave, que demanda árduas jornadas de trabalho. O MST e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) foram fundamentais na luta pela apropriação das terras. Após disputas internas e intervenção judicial, as famílias assentadas em Oziel Pereira e Queimadas obtiveram acesso a políticas de assistência e desenvolvimento rural através do INCRA e da EMATER (Moreira, 2012; Silva, 2022). O Assentamento Queimadas é notável por sua resistência histórica e pela superação de desafios.

Com o suporte das redes sociotécnicas, os agricultores familiares adotaram práticas de controle de pragas sem venenos e disseminaram conhecimentos sobre manejo sustentável. O Assentamento Oziel Pereira participou do projeto Escola Participativa do Algodão, intensificando a promoção da agroecologia (Almeida, 2011).

O Manual de Procedimentos Operacionais da Rede Borborema de Agroecologia (2020) indica que a estrutura dessa rede foi consolidada em 2006, com a visita da empresa COEXIS (???? POR EXTENSO) ao Assentamento Queimadas, para negociar algodão orgânico e fazer acordo dessa rede com o Instituto Biodinâmico - IBD para a certificação. O projeto expandiu para outros assentamentos próximos, utilizando uma usina de beneficiamento no Assentamento Margarida Maria Alves, em Juarez Távora (Almeida, 2011).

Em 2008, a Rede Paraíba de Algodão Agroecológico foi formada para capacitar produtores da RBA, através de eventos educacionais e troca de experiências (Almeida, 2011). Silva (2022) observa que, até 2011, os agricultores envolvidos na fundação da rede estavam sob certificação por auditoria, migrando depois para um Sistema Participativo de Garantia. A Rede Borborema de Agroecologia foi oficialmente estabelecida em 23 de julho de 2013 com a criação da Associação dos Agricultores Agroecológicos do Território da Borborema (Rede Borborema de Agroecologia, 2020).

Entre 2014 e 2015, os agricultores associados passaram por avaliações de conformidade com apoio da Organização Arribaça, EMBRAPA e Prefeitura Municipal de Remígio (Silva, 2022). A certificação participativa trouxe autonomia na produção e comercialização orgânica, algo não alcançado sob a certificação por auditoria, onde os agricultores estavam subordinados a

empresas certificadoras e não podiam comprovar diretamente sua condição de produtores orgânicos (Silva, 2022).

A adesão da certificação participativa pela RBA valorizou o potencial produtivo dos/as agricultores/as em função da integração da gestão dos recursos naturais pautada pela coesão social. A certificação participativa desencadeou maior conhecimento e autonomia dos/as agricultores/as; credibilidade e abertura de mercado; qualidade de vida em função da segurança alimentar e nutricional; qualidade ambiental, já que o manejo orgânico visa a independência de contaminantes e respeito à dinâmica da natureza; maior visibilidade cultural e transformação social a partir de aspectos pedagógicos dos processos participativos, onde destaca-se maior visibilidade do trabalho das mulheres e permanência dos jovens no campo.

Os desafios identificados no SPG RBA estão relacionados com maiores necessidades de apoio das políticas públicas de assistência técnica para viabilizar mais recursos para o sistema produtivo e fortalecer a sustentabilidade financeira da Rede; melhorar as condições ambientais como o déficit hídrico; reduzir exigências burocráticas, para que os(as) produtores(as) certificados da rede possam usar o selo de orgânico em mais produtos beneficiados de forma agroecológica, como é o caso dos produtos de higiene pessoal. Por trás do selo de orgânico, há uma série de atividades no campo, comprometidas com a conservação do solo, uso racional da água, controle de pragas e doenças, o manejo ecológico de consórcio de culturas, bem como a socialização dos agricultores/as familiares, onde destaca-se a valorização do trabalho das mulheres.

A certificação participativa favoreceu a comercialização dos produtos orgânicos e a coesão social, dentre outros impactos positivos já citados. No entanto, essa ainda é uma realidade distante e inacessível para tantos/as agricultores/as familiares no Brasil. Por isso, torna-se de extrema necessidade, o apoio político e técnico para a organização da agricultura familiar no processo de promoção da agroecologia.

Dialética da agroecologia na dinâmica certificação participativa e Padrão de reprodução mundial do capital

Os padrões de reprodução do capital variam significativamente ao longo da história, influenciando e sendo influenciados pela dinâmica do sistema mundial do capital e pela divisão internacional do trabalho (Osório, 2012; Filgueiras, 2018). Conforme Osório (2012), tais padrões em países do centro, da semiperiferia e da periferia mudam de acordo com as transformações do ciclo do capital e das diferentes formas assumidas pelo capital.

O capital, ao se reproduzir, se baseia na extração intensiva de recursos naturais e na exploração desmedida da força de trabalho, sem considerar as consequências ambientais e sociais. Essa forma de reprodução intensifica as desigualdades globais e aprofunda a crise ecológica, especialmente nas periferias do capitalismo (Silva e Luz, 2023).

A circulação de dinheiro, o uso dessa forma de capital para comprar mercadorias (força de trabalho e bens de produção), a produção de novas mercadorias e a realização dessas mercadorias pelo consumo compreende a primeira fase do ciclo do capital. Na segunda fase, as crises ocorrem com maior frequência devido à introdução de tecnologias na primeira fase do ciclo do capital, o que eleva possibilidades de desemprego e não realização das mercadorias, interrompendo o “processo de realização da mais-valia” (Osório, 2012, p. 61).

As mudanças são introduzidas nas fases do ciclo de reprodução do capital para elevar o lucro. Quando temos investimentos em tecnologias, para aumentar a produtividade, reduzir custos, reduzir preços e ganhar a concorrência. Isso pode permitir a captura de lucros extraordinários ao reduzir o valor das mercadorias abaixo do mercado. No entanto, o aumento da composição orgânica do capital pode diminuir a massa de mais-valia e os lucros. O excedente de trabalhadores também reduz a demanda em relação ao potencial produtivo do capital (Osório, 2012).

O investimento em capital fixo e a concentração de riqueza levam à falência de capitalistas menores, que são absorvidos por monopólios e oligopólios, acelerando os avanços tecnológicos. Nesse processo, temos o avanço da monopolização e do capital financeiro especulativo, causando maiores instabilidades econômicas, que afetam negativamente as condições do emprego e eleva o desemprego (Osório, 2012; Filgueiras, 2018).

A dinâmica desse padrão de reprodução industrial nos países centrais vai ser determinado e determinante do padrão primário exportador, iniciado com a colonização da América Latina. O que vai ser determinante da forma subordinada de inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho, reforçando a dependência dessa região em relação ao padrão industrial dos países centrais e criando uma estrutura econômica global onde a América Latina se foca na exportação de bens primários, enquanto os países centrais se concentram na produção industrial de alto valor agregado (Osório, 2012).

Após a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929, a diminuição das exportações de produtos primários, na América Latina, levou à coexistência, nessa região, do padrão primário exportador com o padrão industrial. Essa indústria, iniciada em 1930, avançou a partir de 1950,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

após a Segunda Guerra Mundial, impulsionado pela economia dos EUA e inovações tecnológicas desse país, mais fortalecido. A partir da década de 1980, o padrão primário exportador de especialização produtiva, na América Latina, expandiu em sintonia com as revoluções da microeletrônica, nos países centrais, que aceleraram as comunicações, reduziram os custos de transporte e marcaram um novo estágio para o capital financeiro (Osório, 2012).

Filgueiras (2018) destaca que a vinculação do padrão de reprodução do capital, no Brasil, ao padrão industrial de especialização produtiva, dos países centrais, reinventa condições de dependência dos países exportadores de produtos primários e hegemonia dos países centrais. As limitações impostas por essa dependência econômica e de tecnologias afetam a qualidade de vida da população, precarizam as condições da força de trabalho, exacerbam as desigualdades e criam barreiras para o acesso da população aos direitos sociais.

O padrão primário exportador, afetado por recessões globais e crises do capitalismo mundial, continua ganhando e perdendo força, com ciclos de crescimento e períodos de estagnação. As crises inerentes à totalidade do ciclo do capital frequentemente são seguidas por movimentos de recuperação das taxas médias de lucro, impulsionando investimentos significativos em inovações tecnológicas aplicadas à produção (Osório, 2012).

No capitalismo dependente, a industrialização se realiza por meio de um padrão de crescimento econômico que privilegia atividades de baixa tecnologia e baixo valor agregado. Tal estrutura limita o potencial de inovação e crescimento econômico autônomo dos países dependentes, perpetuando a vulnerabilidade desses países subordinados às flutuações econômicas globais (Filgueiras, 2018).

O padrão de reprodução do capital, especialmente nas economias periféricas, não só perpetua a degradação ambiental, mas também intensifica a exploração econômica. Este processo é caracterizado pela extração intensiva de recursos naturais e pela exploração da força de trabalho, com impactos desastrosos para o meio ambiente e para as populações locais (Silva e Luz, 2023).

A reprodução do capital nas periferias capitalistas é intrinsecamente predatória, ampliando as desigualdades tanto econômicas quanto ambientais. O que reforça a urgência de uma transformação radical do sistema econômico global, para além de meras soluções tecnológicas, com mudanças estruturais profundas (Silva e Luz, 2023).

Então, como exportadora de produtos primários, a agroecologia contribui com a precarização das condições da força de trabalho. O principal problema da agroecologia dentro da

estrutura capitalista é a sua incompatibilidade fundamental com as lógicas centrais do capitalismo, que são baseadas na maximização do lucro, na acumulação de capital, e na exploração dos recursos naturais e da força de trabalho. a acumulação de capital é a força motriz (Guhur, 2022).

A agroecologia é vista como menos competitiva, pois não se alinha com as economias de escala que aumentam a rentabilidade. Além disso, por causa dos elevados investimentos, necessários para a certificação, os produtos agroecológicos muitas vezes não conseguem competir com produtos agrícolas convencionais que são mais baratos, produzidos em massa e amplamente disponíveis no mercado. O que impossibilita à maioria dos trabalhadores de consumir produtos orgânicos.

O estudo de caso com o Sistema Participativo de Garantia - SPG Rede Borborema de Agroecologia - RBA elucidou que a certificação orgânica considerada dentro da estrutura capitalista, por mais que seja realizada no modelo participativo, pode contribuir com a precarização do trabalho, em sua totalidade. Já que em decorrência da inserção subordinada da periferia no mercado mundial e da conseqüente superexploração da força de trabalho brasileira, esses trabalhadores jamais podem acessar as tecnologias produzidas lá fora, às custas da riqueza natural explorada no Brasil e disponibilizadas no mercado mundial, mediante muito suor do trabalhador. No entanto, isso pode desvirtuar os princípios da agroecologia se o enfoque for mais uma forma de gerar lucro no padrão de reprodução mundial do capital.

Considerações finais

Os processos internos de organização e conformidade na certificação participativa favorecem a comercialização dos produtos orgânicos e de base agroecológica, mas ainda são distantes para muitos/as agricultores/as familiares que não conseguem adequar às exigências burocráticas da adesão à certificação e conseqüentemente, não possuem acesso aos mercados tão quanto àqueles/as agricultores/as que fazem o uso do selo de orgânicos. Logo, verificou-se que a certificação participativa também pode ser excludente e seus entraves significativos são influenciados pela estrutura do capitalismo.

O capitalismo tende a concentrar terra e poder nas mãos de poucos, o que é antitético aos princípios da agroecologia, que defende a redistribuição justa da terra e a descentralização do poder. A concentração de terras nas mãos de grandes proprietários e corporações dificulta o acesso dos pequenos agricultores a terras férteis e a mercados, limitando a expansão das práticas agroecológicas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Já a certificação orgânica considerada dentro da estrutura capitalista, transforma práticas sustentáveis em mercadorias. O processo de certificação pode ser visto como uma forma de agregar valor a produtos agrícolas, permitindo que eles sejam vendidos a preços mais altos no mercado. No entanto, isso pode desvirtuar os princípios da agroecologia se o enfoque for mais uma forma de gerar lucro dentro do mercado capitalista.

O processo de certificação orgânica geralmente envolve procedimentos burocráticos complexos, que podem ser difíceis para pequenos agricultores, especialmente aqueles em regiões periféricas e que não possuem uma assistência técnica adequada. Isso cria uma barreira de entrada, excluindo os pequenos produtores e favorecendo as grandes fazendas e corporações que podem arcar com esses custos. Dessa forma, a certificação orgânica pode perpetuar desigualdades no acesso ao mercado, contradizendo os ideais de inclusão social e equidade promovidos pela agroecologia. Ao exigir a adesão a certos padrões que podem incluir o uso de insumos certificados, a certificação orgânica pode criar uma nova forma de dependência. Produtores podem se tornar dependentes de fornecedores de insumos orgânicos certificados, o que contraria a autonomia que a agroecologia busca promover.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J N. **A Produção do Algodão Agroecológico no Projeto de Assentamento Queimadas, Remígio/PB**. 2011. 45f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)- Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

ALTIERI, Miguel Angel & NICHOLLS, Clara Inés. Do Modelo agroquímico à agroecologia: a busca por sistemas alimentares saudáveis e resilientes em tempos de COVID-19. **Desenvolv. e Meio Ambiente** - Edição Especial - Agronegócio Em Tempos e Colapso Planetário: Abordagens Críticas Vol. 57, P. 245-257, Jun., 2021.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista nera**, n. 16, p. 22-32, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Decreto Nº 6.323, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 28 de dezembro de 2007. Seção 1 , Páginas 2 a 8.

BRASIL. Lei 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 15/03/2024.

Heredia, Beatriz, Palmeira, Moacir e Leite, Sergio Pereira. Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil*. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS** - VOL. 25 Nº 74, outubro/2010.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Christoffoli, Ivan. Agroindústria. **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2017.

DIEESE. **A Reforma Trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.pdf>. Acesso em: 15/08/2024.

Ferreira, A B R; Toledo, MR;Pereira, G y Resende, F C. O agronegócio no Brasil: uma breve revisão histórica e conceitual. **Revista Interdisciplinária de Estudos Agrários** Nº 50 | 1er. Semestre de 2019.

GUHUR, Dominique. Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética. In: NOVAES, Henrique Tahan; MAZIN, Diogo; SANTOS, Lais. **Questão agrária, Cooperação e Agroecologia**. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

HIRATA, A R. **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências** /Aloísia Rodrigues Hirata, Luiz Carlos Dias Rocha – Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. 226 p. : il.

HOME, Robert; UGAS, Roberto; BOUAGNIMBECK, Hervé; ARBENZ, Markus and STOLZE, Matthias. **Participatory guarantee systems: organic certification to empower farmers and strengthen communities**. Agroecol. Sustain. Food Syst, 41, 526–545, 2018.

Leite, SP; Medeiros, LS. AGRONEGÓCIO. **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2017.

LIMA, A. B. **Camponeses e feiras agroecológicas na Paraíba** / Tese Doutorado da Universidade de São Paulo: Departamento de Geografia. Orientador Ariovaldo Umbelino de Oliveira. São Paulo, 2017.

MACHADO, R. M; HIRATA, A R.; ROCHA, L C D; PEGORER, A P; FONSECA, M F; PEDINI, M; PEDINI, S; MEDAETS, J P. **Legislação de produção orgânica no Brasil: projeto de fortalecimento da agroecologia e da produção orgânica nos SPG e OCS brasileiros**. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Fórum Brasileiro de SPG – Pouso Alegre: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, 2016.

MAFORT, Kelli Cristine de Oliveira. "**Atualidade da Questão Agrária e a Resistência dos Povos**". In: **Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais : conflitos sociais e alternativas populares** / Bruno Bruziguessi ... [et al.] (organizadores) . – Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021.

MAPA. Orgânicos . Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2022.
<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/organicos>.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**, 1973. Editora Era, México, 1990, 10a edição (la edição, 1973).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MARQUES, M A S. **Autonomia ou submissão? Uma análise sobre os mecanismos de certificação orgânica adotados pelos agricultores(as) familiares do estado da Paraíba.**

Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE, 2019.

Monteiro, Denis. Agroecossistema. **Dicionário da Educação do Campo.** / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2017.

MOREIRA, I M. **O Algodão Sem Veneno do Assentamento Queimadas, na Paraíba: Agentes Sociais, alinhamento em rede, produção e comercialização.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2012.

RAMOS, Pedro et al. Dimensões do agronegócio brasileiro. **Políticas, instituições e perspectivas.** [S. l.: s. n.], 2017.

REDE BORBOREMA DE AGROECOLOGIA. Estatuto Social (Segunda Reforma Estatutária) da Rede Borborema de Agroecologia. Remígio-PB, 2020.

REDE BORBOREMA DE AGROECOLOGIA. Regimento Interno da Rede Borborema de Agroecologia. Juarez Távora-PB, 2016.

REDE BORBOREMA DE AGROECOLOGIA. Manual De Procedimentos Operacionais Da Rede Borborema De Agroecologia. Juarez Távora-PB, 2016

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino. Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina. **Argumentum**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 48–60, 2016. DOI: 10.18315/argumentum.v8i1.11827. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/11827>. Acesso em: 7 nov. 2023.

NIEDERLE, P; DORVILLE, C; LEMEILLEUR, S. Diferenciação institucional na certificação de produtos orgânicos: uma comparação dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade no estado do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 59(2), e224827. 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.224827>.

OLIVEIRA, Francisco de. O desenvolvimento capitalista pós anos 1930 e o processo de acumulação In: **A economia brasileira: crítica à razão dualista.** Cadernos CEBRAP. Centro Brasileiro de análise e planejamento: São Paulo, v. 2, 1972.

OLIVEIRA, M. B. **Certificação Participativa E Agroecologia: Processos De Organização E Resistência Camponesa Na Mata Paraibana.** Dissertação defendida junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

PAIM RIFAN QUINTAM, Carlos; ASSUNÇÃO, Gervison Maico de. PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO FRENTE AO MERCADO INTERNACIONAL. RECIMA21 - **Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, [S. l.], v. 4, n. 7, p. e473641, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i7.3641. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3641>. Acesso em: 17 jun. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SABLAYROLLES, P J L; ASSIS, W S. A Certificação Participativa De Orgânicos Como Tecnologia Social: Estudo De Caso Da Cooperativa D'irituia. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**. Porto Alegre, v.3, n.1, maio-novembro, 2020. ISSN2595-9387191.

SCHMID, T G. **Projeto Agroecológico e certificação da apicultura: Sistema Participativo de Garantia do Mel na região de São Bento do Sul-SC**. Dissertação submetida ao programa de pós-graduação em sociologia política na universidade federal de santa catarina, Florianópolis, 2017.

SILVA, Ihdilla Humberta Sinésio Cândido. **Sistema participativo de garantia e resiliência na Rede Borborema de Agroecologia**. 2022. 122 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2022.

STÉDILE, JP. **A questão agrária no Brasil**, João Pedro Stédile (2012, p. 17-33) - <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/10/A-Quest%C3%A3o-Agr%C3%A1ria-no-Brasil-2.pdf>

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.